



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682252 - SP (2021/0231922-8)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : MONA LISA VICENTE DA SILVA
ADVOGADO : MONA LISA VICENTE DA SILVA - SP437667
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALLISON MARTINS BIGAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALLISON MARTINS BIGÃO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 117048-14.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se segregado cautelarmente, em decorrência de prisão em flagrante convertida em preventiva, pelo suposto cometimento dos delitos descritos no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, c. c. artigo 244-B, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente, na forma do artigo 70, *caput*, do Código Penal.

Sustenta o impetrante que não estão presentes os elementos autorizadores da prisão preventiva, sendo que a gravidade do delito não ultrapassa o comum ao tipo penal.

Aduz que o decreto construtivo está embasado na gravidade abstrata do delito, não logrando demonstrar que a liberdade do paciente implicaria risco para ordem pública.

Explica que o paciente é primário, tem apenas 19 anos, e possui endereço fixo, onde reside com a família.

Informa que o bem subtraído foi recuperado e que o crime não foi cometido com violência física ou emprego de arma de fogo.

Defende que a aplicação das medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal são suficientes, no caso.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a concessão de liberdade provisória com ou sem imposição das medidas cautelares do art. 319, do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência